

Sumário

Introdução	11
1. A perda do lugar de trabalho	17
1.1. A continuidade como elemento da relação de trabalho	17
1.2. O poder social na relação de trabalho	27
1.3. A autonomia privada em sua dimensão concreta	36
1.4. As consequências da perda do lugar de trabalho	42
1.4.1. A perda do trabalho como elemento de coerção em razão dos direitos de ação e de mobilização coletiva	55
2. A despedida: disciplina jurídica	65
2.1. A despedida no direito comparado	68
2.1.1. O exemplo italiano	80
2.2. A despedida no direito brasileiro	98
2.2.1. O diálogo com a OIT	113
2.2.2. A jurisprudência e o tema da motivação do ato de despedida	121
3. Elementos da fundamentalidade do direito do trabalho e do direito à sua preservação	135
3.1. A história do trabalho e dos direitos fundamentais	136
3.2. Valores sociais do trabalho, livre iniciativa e dignidade da pessoa humana	152
3.2.1. A importância dos valores em nosso sistema jurídico	153
3.2.2. Solidariedade e livre iniciativa na Constituição brasileira	156
3.2.3. O princípio/dever de proteção e a dignidade da pessoa humana	159
4. A despedida e os deveres de proteção no âmbito de um estado democrático de direito	171
4.1. A importância da noção de dever: o binômio liberdade x responsabilidade	172
4.2. O dever de motivar a despedida a partir da perspectiva da necessária eficácia dos direitos fundamentais	180
4.2.1. Algumas linhas sobre a teoria da eficácia direta	189
4.3. O conteúdo do dever fundamental de justificar a despedida	198
4.4. O Estado-Juiz diante do dever de proteção contra a perda do emprego	204
4.4.1. O direito do trabalho entre o discurso e a prática	209
4.4.2. O Estado-Juiz e a proibição de proteção insuficiente	222

4.4.3. A proteção suficiente a partir da técnica da proporcionalidade e do critério de proibição de retrocesso.....	225
4.4.4. Limites e restrições ao dever de motivar a despedida.....	238
Considerações finais ou caminhos para uma atuação efetiva do Estado-Juiz.....	245
Anexo	
Convenção 158 da OIT.....	251
Referências bibliográficas	261